



A MANUTENÇÃO DE LEIS ANTI-LGBTI+ NA UGANDA SOB O NEOCOLONIALISMO

THE MAINTENANCE OF ANTI-LGBTI+ LAWS IN UGANDA UNDER THE NEOCOLONIALISM

Rislayne Vidal Freire de Moraes
rislaynemoraes@gmail.com

RESUMO

Com o endurecimento de leis anti-LGBTI+ em Uganda nos últimos anos, o presente artigo traz uma apresentação acerca do contexto local que motivou tal conjuntura, pelas forças políticas e históricas envolvidas no processo apresentando de que forma os aspectos presentes no país podem estar relacionados com o conceito de neocolonialismo, que apresenta uma reflexão sobre novos atores externos influenciando no contexto de regiões com passado colonial, como Uganda, foco do estudo aqui tratado. Assim, através de uma metodologia que utiliza pesquisa qualitativa para um estudo de caso descritivo, o presente trabalho de início aborda os preceitos neocoloniais como uma manutenção do colonialismo, posteriormente elabora sobre o contexto histórico e político de Uganda sobre os grupos LGBTI+ relacionado com o tópico anterior e, por fim, apresenta iniciativas locais de Uganda que resistem frente à guinada de violência contra grupos LGBTI+. O artigo conclui trazendo uma relação concreta entre os aspectos teóricos neocoloniais e o contexto político e histórico atual do país e também contribui para o debate global da agenda dos direitos da população LGBTI+ na contemporaneidade ampliando as possibilidades no campo teórico das Relações Internacionais por um todo.

Palavras-chave: Uganda; Direitos Humanos; Neocolonialismo.

ABSTRACT

With the tightening of anti-LGBTI+ laws in Uganda in recent years, this article provides a presentation of the local context that motivated this situation, the political and historical forces involved in the process and how the aspects present in the country can be related to the concept of neo-colonialism, which presents a reflection on new external actors influencing the context of regions with a colonial past, such as Uganda, the focus of the study here. Thus, through a methodology that uses qualitative research for a descriptive case study, this work initially addresses neo-colonial precepts as a maintenance of colonialism, then elaborates on Uganda's historical and political context regarding LGBTI+ groups related to the previous topic and, finally, presents local initiatives in Uganda that resist the turn to violence against LGBTI+ groups. The article concludes with a concrete relationship between neo-colonial theoretical aspects and the country's current political and historical context, and also contributes to the global debate on the rights agenda of the LGBTI+ population in contemporary times, broadening the possibilities in the theoretical field of International Relations as a whole.

Keywords: Uganda; Human Rights; Neocolonialism.



1 INTRODUÇÃO

A problemática dos direitos LGBTI+ na contemporaneidade gira em torno de interesses de grupos diversos, especialmente nos últimos anos com um aumento significativo de debates sobre a presença dessa população nos mais variados espaços. Apesar de novos avanços em alguns contextos nacionais com legislações protegendo a vida das pessoas desses grupos, ao mesmo tempo também ocorre um retrocesso em regiões específicas pelo mundo como em alguns países do continente africano, por exemplo.

Nas últimas décadas, nações africanas como Malawi, Nigéria, Gana e Libéria, por exemplo, tiveram parte de seus debates públicos voltados a legislações anti-LGBTI+. O que tem trazido como resultado mais olhares às possíveis motivações e ao contexto dessas regiões africanas. Estudiosos como Kapyra Kaoma, por exemplo, buscaram entender esses fenômenos ocorridos na região em torno dessas movimentações políticas contra populações vulnerabilizadas como os grupos LGBTI+.

Dentro desse grupo de nações, se encontra Uganda, onde em 14 de outubro de 2009, é levado ao parlamento do país a lei Anti-Homossexualidade, trazendo a pena de morte como uma das penalidades para infrações em torno da chamada “homossexualidade agravada”. Apesar da lei não ter sido instituída nesse momento, ela consegue forte repercussão internacional, trazendo à tona os efeitos da popularização dos movimentos cristãos da direita estadunidense no território africano, especialmente em países como Uganda, que tem seus debates nacionais sobre a população LGBTI+ remoldados de acordo com os interesses desses novos grupos atuando na região influenciando a tomada de decisão de figuras políticas.

Como diversos acadêmicos focados no assunto enfatizam (Cheney, 2012; Lusimbo e Bryan, 2018), a história de Uganda em relação à homossexualidade é mais ampla do que os recentes debates, com evidências mais antigas remetendo ao período de reinados no país (Cheney, 2012, p. 80). Nas últimas décadas, em resposta à crescente discriminação social voltada à população LGBTI+, cresce também uma mobilização formal e informal de pessoas LGBTI+ para aumentar a conscientização das pessoas no país sobre as experiências e dificuldades da comunidade no cotidiano, como uma resposta às atitudes do presidente Museveni, que ao longo da sua administração enfatiza declarações negando a existência de pessoas LGBTI+ no país (Lusimbo e Bryan, 2018, p. 323).

Nesse contexto, essa movimentação da legislação sobre esses grupos no país trouxe impactos negativos diretos através do aumento da discriminação, assédios e ameaças seguidas de morte (Lusimbo e Bryan, 2018, p. 325). Um dos casos mais emblemáticos foi o assassinato



de David Kato, um dos ativistas dos direitos LGBTI+ de maior destaque no país, que teve sua vida tirada após ser brutalmente espancado (Rice, 2011). Assim, nessa conjuntura, diversos grupos e organizações da sociedade civil em Uganda fazem um esforço árduo em monitorar e denunciar as crescentes violações de direitos humanos no país que, cada vez mais, são legitimadas pela própria estrutura do Estado (Kaoma, 2012).

Portanto, para a totalidade da análise nesse artigo, é importante entender, acima de tudo, o gênero e a sexualidade como categorias de estudo nas relações internacionais (Wilcox, 2014), especialmente no contexto do Sul global. Nas diversas compreensões dentro da Teoria Queer, o campo da crítica Queer of Color, além de se utilizar da compreensão da orientação sexual e identidade de gênero como variáveis relevantes para a compreensão de dinâmicas de poder a nível regional e internacional, também vai abordar a construção do imaginário do Ocidente¹ com uma imagem exclusivamente progressista, espelhando uma imagem racista sob o imaginário cultural do Sul global como um lugar necessariamente homofóbico produzindo assim códigos hegemônicos de colonialidade, o que em consequência acaba justificando empreendimento neocoloniais entendendo o Norte global como o único garantidor dos direitos humanos para as pessoas (Bakshi; Jivraj; Posocco, 2016 apud Rea, 2021).

Como será evidenciado neste trabalho em consonância com o campo dos estudos LGBTI+ nas Relações Internacionais, a intolerância contra essas populações representa uma poderosa ferramenta política modelando o campo de batalha acerca dos direitos humanos, que contribui diretamente também para a construção de identidades supranacionais (Richter-Montpetit e Weber, 2017 apud Córdova, 2021, p. 55). As ideias e abordagens empregadas neste estudo visam desafiar a dicotomia entre progressismo e homofobia, abordando tanto a percepção estigmatizada do Sul global (representado aqui por Uganda) quanto a perspectiva do Norte global (representado pelos movimentos religiosos cristãos nos Estados Unidos).

Em conformidade com essa conjuntura apresentada, o debate público em torno das leis anti-LGBTI+ também se molda por forças externas ao Estado da Uganda e à sua população. A presença explícita de grupos religiosos vindos dos Estados Unidos pelo continente africano tem influência direta nas discussões políticas em torno dos direitos LGBTI+, com organizações e missionários investindo fortemente em uma exportação da guerra cultural presente nos Estados Unidos (Perkins, 2023).

¹ A noção de ocidente aqui utilizada será a versão de Huntington, exposta e analisada por Walter Mignolo no artigo “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade” o qual apresenta esse conceito de maneira crítica analisando quais os possíveis efeitos geopolíticos em difundir a ideia de que apenas parte da América do Norte, da Europa e da Oceania se encaixam nessa dominação (MIGNOLO, 2005)



Diante do exposto, o principal foco dessa pesquisa se delimita na compreensão das forças políticas e sociais em Uganda que influenciaram as novas legislações anti-LGBTI+, especialmente as forças externas nos debates internos do país. Tendo dessa forma como pergunta principal do trabalho: De que maneira as forças neocoloniais influenciam na manutenção de violações de direitos da população LGBTI+ na Uganda?

Esse trabalho se caracteriza como um estudo de caso descritivo com foco no contexto político social de Uganda, se utilizando de pesquisa qualitativa para alcance dos objetivos descritos. O recorte temporal foi delimitado a partir das primeiras movimentações dos grupos religiosos dos Estados Unidos no país entre os anos 90 e 2000 até os dias atuais, período esse com relevância significativa para as recentes mudanças na garantia dos direitos LGBTI+. A relevância da problemática se dá no seu caráter atual na política internacional assim como dentro da Agenda dos Direitos Humanos ao redor do mundo, em um período de emergência com necessidade de maior discussão e análise sobre o assunto.

Para alcance dos objetivos, é trazido como ponto inicial uma definição do conceito de neocolonialismo com aplicabilidade à realidade do país, apresentando o pensamento de teóricos como Kwame Nkrumah que teorizou sobre o assunto dentro das vivências dos povos africanos. Posteriormente é apresentado o contexto de Uganda em relação ao tratamento dos grupos LGBTI+ nas últimas décadas relacionando com o quadro neocolonial expresso anteriormente. Por fim, é discorrido sobre as formas de resistência que o país tem respondido historicamente a essas estruturas de opressão trazendo também possíveis alternativas de respostas propostas por Kapyra Kaoma, um dos teóricos mais citados neste trabalho.

1.1 NEOCOLONIALISMO À LUZ DA TEORIA E DO ESTUDO COMO UMA MANUTENÇÃO DO COLONIALISMO

Os processos de independência ao redor do mundo trouxeram novas configurações de poder pelos continentes, trazendo a emergência de novas análises sob cada conjuntura. Nesses estudos, um dos primeiros teóricos a usar o termo “neocolonialismo” foi Kwame Nkrumah, ganense que dedicou sua vida à teoria política e à luta social. De acordo com Nkrumah, o neocolonialismo se estrutura na continuidade da exploração de países coloniais mesmo após sua independência, configura-se como uma forma de dominação além do aparato formal abusando da região em que se instala ao impedir que essas nações caminhem sob as próprias pernas (Rahaman; Yeazdani; Mahmud, 2017).



Com a onda das independências e todos os processos sociais que levaram a isso nas colônias, os países detentores de grande capital “aprenderam sua lição” e assim, diante das novas necessidades que estavam vindo à tona no sistema internacional, se desenvolve novas táticas de atuação, agora nos bastidores, controlando e desestabilizando antigas nações que haviam sido colônias no passado (Nkrumah, 1967 apud Freitas, 2019, p. 61). Dentre as diversas formas que esse conceito se materializa, ainda de acordo com Nkrumah, as forças que exploram nem sempre são as que já exerciam controle anteriormente. O que é exemplificado ainda pelo mesmo autor com o caso do sul do Vietnã, que teve como antiga potência imperial a França, mas seu controle neocolonial se concebeu com as forças dos Estados Unidos (Nkrumah, 1965, p. 10). A síntese do conceito é marcada, principalmente, pela presença de capital estrangeiro para exploração, e assim então, na privação de direitos humanos do país explorado, uma vez que este estará à serviço dos interesses e do benefício apenas do outro, o qual não necessariamente pode estar identificável com nenhum Estado:

É possível que o controle neocolonial seja exercido por um consórcio de interesses financeiros que não sejam especificamente identificáveis com nenhum Estado em particular. O controle do Congo por grandes interesses financeiros internacionais é um exemplo disso. O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é usado para a exploração, e não para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento sob o neocolonialismo aumenta, em vez de diminuir, a diferença entre os países ricos e os pobres do mundo. (Nkrumah, 1965, p. 10, tradução nossa).

A dinâmica neocolonial dá continuidade à lógica colonial, e assim, se configura também na tentativa de exportar os conflitos sociais dos países capitalistas (Nkrumah, 1965, p. 12). E como bem afirma Edgardo Lander (2005), essa forma de pensamento e ação se amplia e coloca as outras formas de organização sociais como carentes e primitivas, em um momento anterior ao desenvolvimento histórico da humanidade (Lander, 2005). Esse funcionamento do pensamento colonial, e logo, em conexão direta com a conduta neocolonial se torna fundamental para entender como se mantém esse tratamento em relação às populações dos países recém independentes.

Seguindo essa dinâmica, o principal objetivo do poder neocolonial se configura na dominação econômica, como explica muito bem Nkrumah. Esses países recém-independentes terão uma imagem de potencial mercado a serviço dos interesses do Ocidente, concentrando suas operações e seu poder econômico ao externo (Nkrumah, 1965). Essa lógica não se restringe à esfera econômica, chegando também aos antigos métodos de infiltração religiosa, cultural e educacional (Nkrumah, 1965).



1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO TRATAMENTO DE GRUPOS LGBTI+ EM UGANDA

Nos últimos anos, com as últimas movimentações legislativas em relação à população LGBTI+ em Uganda, o país tem sido visto pela mídia ocidental como um sinônimo de retrocesso em relação à Agenda dos Direitos Humanos (Awondo; Geschiere; Reid, 2012). No entanto, as fronteiras desse debate que tem ocorrido no país se encontram além desse episódio, em que uma maior complexidade se faz presente envolvendo história, tradição, discurso e narrativas de poder (Cheney, 2012).

Para falar sobre direitos LGBTI+ em Uganda é necessário, antes de tudo, entender o contexto histórico do país. Entre 1894 e 1962, Uganda fazia parte do protetorado britânico, momento o qual os grupos LGBTI+ tiveram sua história reescrita, uma vez que nesse período a região estava contida sobre o código penal europeu, que trocou as lideranças locais em detrimento de interesses e lideranças de fora, incluindo nas novas legislações, a criminalização da homossexualidade (Kalende, 2014). Esse acontecimento se repete em países da região que também foram colônias britânicas (Zimbábue, Malawi, Nigéria e Quênia, por exemplo). Na maioria dessas regiões essas leis “antissodomia” permaneceram mesmo após suas independências (Rea, 2020). Essa narrativa da criminalização ligada a interesses coloniais se consolida também com os registros históricos indicando a existência de grupos LGBTI+ antes da colonização, assim como durante esse período, manifestando o espírito de resistência desses grupos apesar do apagamento feito por missionários britânicos (Cheney, 2012, p. 80).

Apesar da independência do país em 1962, essa intolerância ainda pôde reverberar nos espaços de debate público uma vez que as legislações não sofreram mudanças significativas em relação ao assunto, especialmente em Uganda (Cheney, 2012). Até recentemente, a homossexualidade não estava como foco principal de discussão pelo país, assim como também se ausentava dos espaços religiosos, que ignoravam o assunto. Uma mudança é observada após a presença de novos atores que citam explicitamente a homossexualidade como um pecado, juntamente com outras questões sociais (Ward, 2015).

Na década de 90, o assunto volta aos holofotes com as movimentações de grupos religiosos influenciando a opinião pública. Grupos que, como já documentado amplamente, tem sua origem no contexto dos Estados Unidos. Como estudado por Kapyra Kaoma, acadêmico especialista nos estudos sobre esse contexto, grupos religiosos de direita cristãos dos Estados Unidos foram fundamentais para construir esse terreno no país de maior rejeição e perseguição aos grupos LGBTI+, em uma espécie de exportação das guerras culturais dos Estados Unidos,



levando então, esses assuntos a partir de uma perspectiva excludente e nociva ao contexto ugandense (Kaoma, 2012).

Nesse período de influência é consolidada de maneira mais agressiva a discussão de que há um perigo iminente de uma agenda gay no país, argumento alicerçado principalmente por Scott Lively no contexto da criação da lei Anti-Homossexualidade em 2009, que organizou alguns dias antes da lei ser criada, um seminário de três dias voltado à elite do país para persuadir uma tomada de decisão no campo das leis. Dentre os participantes estava David Bahati, congressista que propôs a lei ao congresso do país. Nesse período, a lei Anti-Homossexualidade teve grande repercussão no cenário internacional e apresentou ao mundo o processo que estava tomando forma no país (Awondo; Geschiere; Reid, 2012, p. 153). Apesar de não ter sido implementada ainda nesse período, essa discussão amplia a retirada de direitos LGBTI+ em países ao redor, deixando mais evidente a abrangência da influência religiosa de grupos de fora na região (Kaoma, 2009).

Além dessa influência externa, também se evidencia a presença de valores neoliberais nas mensagens dessas lideranças evangélicas, como a própria teologia da prosperidade afirmando que a fé em Jesus é o caminho para a riqueza e o bem-estar material, subentendendo a riqueza na vida na terra como uma marca da fé e da futura salvação da pessoa (Rea, 2020). Essa forma de pensamento e transmissão da mensagem religiosa além de buscar justificar a ordem social que se constituiu historicamente, também se aproxima das correntes neoconservadoras e do próprio cristianismo radical difundido nos Estados Unidos (Rea, 2020). Como apontado por Sokari Ekine, essa violência, inclusive institucional, contra a população LGBTI+ representa também uma negação da cidadania desses grupos, criminalizando a existência por si só das pessoas (Ekine, 2016).

Com mais movimentações ao longo dos anos e sem perspectiva de mudança positiva no país, recentemente esse quadro legislativo tem sua piora com a sanção de uma das leis LGBTI+ mais duras do mundo agravando ainda mais a pena para “homossexualidade agravada” (Reuters, 2023). A lei foi aprovada em maio de 2023 e já tem sido aplicada na sentença de pessoas desde então, como foi o caso de um jovem de 20 anos acusado de “homossexualidade agravada” no final de agosto podendo ser condenado à pena de morte (Al Jazeera, 2023a). A lei tem sido fortemente condenada por ativistas de direitos humanos pelo mundo, sendo vista como uma grave violação dentro do campo dos direitos humanos (Al Jazeera, 2023a).

Frente a isso, o país tem sofrido sanções, que buscam pressionar o governo de Museveni para voltar atrás em relação às legislações. Após a sanção da lei, o Banco Mundial suspendeu novos empréstimos concedidos ao país como uma forma de pressionar o governo contra as

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13891424>



mudanças recentes (Al Jazeera, 2023b). O governo dos Estados Unidos também reagiu, impondo restrições de viagem aos oficiais ugandenses que entrassem no país. Os Estados Unidos também estavam no meio dos países que impuseram sanções para Uganda em 2014, época em que novos retrocessos estavam à tona no meio legislativo.

A homossexualidade é condenada em mais de 30 dos 54 países africanos (Al Jazeera, 2023a), dos quais a grande maioria foram colônias britânicas. É importante destacar o contexto histórico dessas regiões para evitar um simplismo narrativo de imagem da África como um continente ausente de direitos humanos, principalmente direitos voltados à população anti LGBTI+, uma vez que após a independência dessas nações as leis anti-sodomia continuaram a estar presentes nesses territórios (Rea, 2021).

Em relação aos grupos religiosos atuantes na região, vários se fazem presentes. Send56, International House of Prayer (IHOP) e Human Life International (HLI) são alguns dos mais destacados, os dois primeiros estão presentes no documentário “God loves Uganda” (2013), o qual aborda o grau profundo que essas questões chegaram no país, e o último estudado por Kaoma, ao qual foi optado por um maior destaque aqui nesta seção.

A atuação e os ideais propagados pelo HLI são uma demonstração de que a nocividade dos grupos cristãos dos Estados Unidos que atuam em Uganda respinga por toda a sociedade, não somente aos grupos LGBTI+, pelo controle à vida sexual, se tornando um problema de saúde pública (Kaoma, 2012). O HLI se denomina como um grupo católico romano anti-escolha que se opõe, dentre os assuntos, à contracepção, ao aborto, à educação sexual, vacinas, controle populacional e fertilização in-vitro, por exemplo. Como abordado por Englander (2011), os resultados dessa discussão a respeito da criminalização da homossexualidade, além da guinada de violência, trouxeram como efeito social a imposição de barreiras em outros âmbitos mais amplos, como nas instituições que atuam diretamente na prevenção e tratamento do HIV/AIDS, que observaram um aumento de casos antes da legislação entrar em vigor (Englander, 2011).

As alianças que o grupo participa possuem ideais parecidos, inclusive de incentivo à violência como é o caso do apoio que o grupo prestou ao psicólogo controverso Paul Cameron, que em uma de suas “pesquisas” na década de 80 alegou encontrar evidências de que gays possuem uma probabilidade maior de se tornarem assassinos em série, molestadores de crianças, assassinos e ladrões (Kaoma, 2012). É estimado que o grupo invista pelo menos quatrocentos mil dólares anualmente em atividades anti-aborto e anti-gay apenas na África subsariana.

Operando transnacionalmente pelo continente africano, a HLI é responsável por denunciar vários casos de aborto, tática nova trazida com esses grupos externos que tenta



introduzir no continente a narrativa de que o aborto também é uma “invenção” ocidental (Kaoma, 2012), construção essa que é mais difícil uma vez que questões de justiça reprodutiva ainda não são uma pauta organizada em grande parte do discurso político africano.

De maneira geral, a atuação, não só do HLI, mas de todos os grupos religiosos que possuem atividades no continente africano mesmo tendo origem de fora, tem seu foco de influência além dos grupos LGBTI+, pois como apresentado ainda por Kaoma, o estabelecimento dos grupos cristãos dos Estados Unidos foi um processo que começou já na década de 90, pela presença de representantes em rádios, em igrejas, sempre trazendo o argumento que defendem o melhor para os africanos, portando altos recursos materiais com pronto acesso a equipamentos, técnicas de mídia de alta tecnologia assim como apoio logístico e financeiro das suas terras natais (Kaoma, 2009).

Assim, entender a natureza das discussões políticas em torno da garantia de direitos para LGBTI+, para mulheres no geral (pelo lado de que também é um grupo vítima dessas narrativas pelas questões de controle reprodutivo e sexual) e para toda a população africana, uma vez que os focos de persuasão dos grupos cristãos buscam disseminar ideais distantes da realidade desses países e também nocivos para as pessoas (teologia da prosperidade), é também buscar formas de enfrentar as novas maneiras que o colonialismo se manifesta pelo continente.

Em uma forma mais discreta pelo neocolonialismo, esse domínio se transforma e continua levando violência para regiões com forte histórico colonial, especialmente países africanos, que resistem às guinadas de agressões aos direitos humanos proporcionadas pelos novos grupos que atuam no continente. O resultado das novas guinadas de violência carrega junto uma apropriação dessas pautas pela própria hegemonia capitalista que enxerga a vida de grupos inteiros pelo continente africano como uma oportunidade de mercado aos cristãos vindos do outro lado do mundo (Vorholter, 2012).

1.3 NADANDO CONTRA A MARÉ: INICIATIVAS QUE FORTALECEM OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI+

Frente a esse forte quadro de violência e violação dos direitos humanos, é necessário reconhecer e fortalecer iniciativas que já operam contra toda essa apropriação do discurso sobre a população LGBTI+ em Uganda por forças de fora que se legitimam por um governo passivo e que também tem sua parcela de culpa ao tentar construir e consolidar uma narrativa de que a homossexualidade é uma imposição neocolonial e nesse território não há espaço para grupos que fogem do padrão da heteronormatividade.



Com papel de destaque, há uma notável importância das instituições religiosas na discussão, especialmente como contraponto e resistência em relação à onda de criminalização da homossexualidade, uma vez que, como abordado por Ward (2015), o cristianismo em Uganda se faz presente em boa parte da população, apresentando uma forte variedade de pontos de vistas na discussão pública (Ward, 2015).

Alguns movimentos e personalidades se destacaram dentro da própria igreja católica no país como um contraponto a essas violências. O bispo aposentado Christopher Senyonjo é uma delas com seu papel fundamental no ativismo aos direitos LGBTI+. Sua atuação comprometida com a busca de direitos para esses grupos acabou causando incômodo na igreja que o impediu de realizar cultos em 2001 (Howard, 2014). Apesar disso, ele tem continuado a atuar dentro dos direitos humanos, inclusive recebendo o Prêmio Clinton de Cidadão Global como homenagem de sua atuação, sendo convidado por todo esse período para documentários e palestras internacionais. Após se aposentar, Senyonjo abriu um consultório de conselhos se utilizando da sua formação em sexualidade humana e aconselhamento matrimonial para auxiliar pessoas LGBTI+ em Uganda (Burroway, 2010).

O Reverendo Gideon Byamugisha é outra personalidade de destaque principalmente em diálogo ao ativismo sobre o HIV, por ser uma pessoa portadora do vírus. Ao falar sobre o assunto publicamente, inclusive em palestras e eventos internacionais, o reverendo advoca também sobre o acesso de pessoas portadoras do vírus a medicamentos acessíveis em Uganda, que se vê vulnerável ao discurso de grupos e empresas que insistem na narrativa da prevenção ao vírus pela abstinência. Byamugisha atua como um contraponto auxiliando também outras lideranças religiosas portadoras do vírus ou que perderam pessoas de suas famílias em decorrência da AIDS na medida em que se organiza com comunidades religiosas da região (Nolen, 2009).

Além de reconhecer as iniciativas de resistência que já ocorrem no continente africano, Kapyra Kaoma sugere mais algumas ações para o enfrentamento dessas violências apresentadas não só em Uganda, mas por outros países no continente africano:

1. Confrontar o mito de que a defesa dos direitos humanos é neocolonialismo ocidental [...]
2. Respeitar e seguir a liderança dos promotores africanos de direitos humanos [...]
3. Mostrar aos africanos o que a direita cristã dos EUA realmente representa (pelo apoio desses grupos a iniciativas de supremacia branca e regimes repressivos pela África) [...]
4. Apoiar a visibilidade dos africanos LGBT como um meio de reduzir a homofobia [...]
5. Apoiar os líderes africanos que corajosamente defendem os direitos humanos [...]



6. Exercer uma pressão significativa sobre a liderança política africana para que respeite os direitos humanos [...]
7. Envolver as missões diplomáticas africanas em questões de direitos humanos [...]
8. Se manifestar contra o fanatismo em todas as linhas ecumênicas [...]
9. Demonstrar respeito por religião [...]
10. Construir uma infraestrutura para o longo termo (Kaoma, 2012, p. 19-20, tradução nossa).

Esses dez pontos demonstram uma sensibilidade à complexidade de todos os atores envolvidos, inclusive a própria religião africana que também tem um papel crucial no debate público sobre os grupos LGBTI+. Como bem afirmou Nyanzi (2013), nadar com a maré homofóbica impulsionada pelas lideranças nacionais e religiosas africanas é criar novos espaços e também recuperar espaços antigos em que eram exercidas as sexualidades não heteronormativas, reivindicando identidades duplas como ugandenses africanos e indivíduos LGBTI+. Essa localização no mesmo espaço em que a negação é produzida e disseminada expressa as diversidades e a resistência das sexualidades africanas locais (Nyanzi, 2013, p. 963).

Portanto há a necessidade de reafirmar a existência e os locais que os grupos LGBTI+ já ocuparam e continuam a ocupar apesar de suas violências diárias. Enfrentar os retrocessos políticos, sociais e históricos é fundamental para mudança no contexto por um todo, reafirmando, dentro disso, que esses grupos existem e merecem ser tratados com respeito.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da ideologia colonial através dos preceitos do neocolonialismo se reverbera pelo continente africano nas diversas áreas possíveis, inclusive dominando o debate público sobre os direitos humanos, em especial os direitos LGBTI+. É importante trazer à tona tal estrutura alinhada com os acontecimentos em Uganda para um possível ponto de virada e reação às violências ocorridas no país.

O principal objetivo do trabalho se deu em demonstrar a relação entre o processo histórico recente em Uganda e a ideia de neocolonialismo, ambos à luz da população LGBTI+. Como reforçado por teóricos como Ward (2015), o campo histórico em Uganda tem sua complexidade própria, e o país não deve ser visto como uma “tábula rasa” sem influência nos próprios debates públicos. Lideranças políticas e legislativas no país também precisam ser responsabilizadas por suas parcelas de culpa na desumanização dos grupos LGBTI+, incentivando uma violência direta.

Se conclui demonstrando a atualidade das ideias de Kwame Nkrumah, que ao teorizar sobre as formas do neocolonialismo, aplicado principalmente à realidade africana, explicou



aspectos culturais e sociais que podem vir a ocorrer até os dias atuais em países como Uganda, por exemplo. Os trabalhos de Kapyra Kaoma também possuem um caráter relevante no campo das políticas sexuais ao abordarem a complexidade do debate público sobre sexualidade no continente africano.

Frente à extensa literatura nas áreas aqui abordadas, o trabalho reconhece sua limitação na abordagem das iniciativas que resistem aos avanços no endurecimento das leis, e ainda reforça a necessidade de dar espaço e amplificar grupos, personalidades e instituições de Uganda que se dedicam ao cuidado pela população LGBTI+. Além de servir como uma tradução de diversos trabalhos produzidos sobre o assunto em inglês, esse artigo busca ampliar as discussões sobre políticas de sexualidade e gênero em território africano demonstrando a importância do campo para a disciplina das Relações Internacionais, que precisa discutir e analisar as mudanças em curso no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. **Uganda man charged with “aggravated homosexuality”, faces death penalty**. Al Jazeera. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/8/29/uganda-man-charged-with-aggravated-homosexuality-faces-death-penalty>.

AL JAZEERA. **World Bank halts new loans to Uganda over anti-LGBTQ law**. Al Jazeera. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2023/8/9/world-bank-halts-new-loans-to-uganda-over-anti-lgbtq-law>.

AWONDO, Patrick; GESCHIERE, Peter; REID, Graeme. Homophobic Africa? Toward a more nuanced view. **African Studies Review**, v. 55, n. 3, p. 145-168, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/abs/homophobic-africa-toward-a-more-nuanced-view/1FBFD4162970F1D01657DB8EA14AD6C0>.

BAKSHI, Sandeep; JIVRAJ, Suhraiya; POSOCCO, Silvia. Introduction. In: **Decolonizing Sexualities. Transnational Perspectives**, Critical Interventions. Oxford: Counterpress, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://counterpress.org.uk/publications/decolonizing-sexualities/>.

BURROWAY, Jim. **A Talk With Bishop Senyonjo, A Straight Ally In Uganda**. 2010. Disponível em: <http://www.boxturtlebulletin.com/2010/05/24/22899>.

CHENEY, Kristen. Locating neocolonialism, “tradition” and human rights in Uganda's “gay death penalty”. **African Studies Review**, v. 55, n. 2, p. 77-95, 2012. Disponível em: <http://cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/abs/locating-neocolonialism-tradition-and-human-rights-in-ugandas-gay-death-penalty/33A06F4F33CF586E20E208BE790E71E0>.

CÓRDOVA, Tauana Kuhnen. **Sexualidades contemporâneas e Relações Internacionais: um estudo sobre a homofobia em Uganda**. 2021. Disponível em:

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13891424>



https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/223135/TCC_Tauana_Kuhnen_Cordova_-_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

EKINE, Sokari. **Beyond Anti-LGBT Legislation: Criminalization and the Denial of Citizenship.**

ENGLANDER, Daniel. Protecting the Human Rights of LGBT People in Uganda in the Wake of Uganda's Anti Homosexuality Bill, 2009. **Emory Int'l L. Rev.**, v. 25, p. 1263, 2011. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.emory.edu/eilr/vol25/iss3/9/>.

FREITAS, Leonardo Cirra. **Sair da grande noite: as teorias da libertação nacional em Frantz Fanon e Kwame Nkrumah.** 2019.

GOD loves Uganda. Direção: Roger Ross Williams. Produção de Julie Goldman. Estados Unidos: Full Credit Productions, 2013. Mídia.

HOWARD, A. **Ugandan cleric reaches out to LGBT community in spite of anti-gay law.** The Grio. 2014.

KALENDE, Val. Africa: Homophobia is a legacy of colonialism. **The Guardian**, v. 30, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/30/africa-homophobia-legacy-colonialism>

KAOMA, Kapyra. **Globalizing the Culture Wars: U.S conservatives, African churches and homophobia.** Political Research Associates, 2009.

KAOMA, Kapyra. **Colonizing African Values. How the U.S. Christian Right is transforming sexual politics in Africa.** Political Research Associates, 2012. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=113d050f1bc99204032061de27de23fd5ee315e3>

CHITANDO, Ezra; van KLINKEN, Adriaan. **Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa.** 1. Ed. Abingdon: Routledge, 2016.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf

LUSIMBO, Richard; BRYAN, Austin. **Kuchu resilience and resistance in Uganda: a history.** Humanities Digital Library, p. 323, 2018. Disponível em: https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/46151/external_content.pdf?sequence=1#page=355.

MIGNOLO, Walter D. **A Colonialidade de cabo a rabo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais,** p. 33-49, 2005. In. LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13891424>



NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism: The last stage of imperialism**. 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/ebooks/nkrumah/nkrumah-neocolonialism.pdf>

NOLEN, Stephanie. **28: Stories of AIDS in Africa**. Bloomsbury Publishing USA, 2009.

NYANZI, Stella. Dismantling reified African culture through localised homosexualities in Uganda. **Culture, health & sexuality**, v. 15, n. 8, p. 952-967, aug./sep 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13691058.2013.798684>.

PERKINS, Tom. **US religious right at center of anti-LGBTQ+ message pushed around the world**. The Guardian, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/09/us-religious-right-lgbtq-global-culture-fronts>

RAHAMAN, Shafiqur; YEAZDANI, Rawshan; MAHMUD, Rashed. The untold history of neocolonialism in Africa (1960-2011). **History Research**, v. 5, n. 1, p. 9-16, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/62f9/225e1a29b881a805502b5322fac7d1c17469.pdf>

REA, Caterina Alessandra. Guerras culturais e novos imperialismos em contextos africanos: o trânsito da teoria Queer em meio ao novo conservadorismo cristão. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 13, p. 41-63, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/32324>.

REA, Caterina Alessandra. Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: O debate ao redor das leis anti-homossexualidade. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 2, p. 127-151, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/8324>

REUTERS, D. **Uganda promulga lei anti-LGBTQ que inclui pena de morte**. CNN Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uganda-promulga-lei-anti-lgbtq-que-inclui-pena-de-morte/>

RICE, Xan. **Ugandan gay rights activist David Kato found murdered**. The Guardian, 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/jan/27/ugandan-gay-rights-activist-murdered>

RICHTER-MONTPETIT, Melanie; WEBER, Cynthia. **Queer International Relations**. Oxford Research Encyclopedia Of Politics, p. 1-40, maio. 2017. Oxford University Press.

VORHÖLTER, Julia. Negotiating social change: Ugandan discourses on Westernisation and neo-colonialism as forms of social critique. **The Journal of Modern African Studies**, v. 50, n. 2, p. 283-307, 2012.

WARD, Kevin. The role of the Anglican and Catholic Churches in Uganda in public discourse on homosexuality and ethics. **Journal of Eastern African Studies**, v. 9, n. 1, p. 127-144, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17531055.2014.987509>

Wilcox, lauren. Queer theory and the “proper objects” of international relations. **International studies review**, v. 16, n. 4, p. 612-615, dez. 2014. Oxford university press (oup). Disponível em: <https://academic.oup.com/isr/article-abstract/16/4/612/1852376>